

[Brasil é país que mais mata pessoas trans](#)

País lidera o ranking internacional de mortes por transfobia; mulheres trans e travestis representam cerca de 60% das vítimas

[\(Destak, 02/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Um levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) apontou que o Brasil é o país que mais mata por transfobia - aversão ou discriminação contra transexuais, transgêneros ou travestis - no mundo. Dos 314 casos registrados em 74 países entre 1º de outubro de 2018 e 30 de setembro de 2019, 132 ocorreram aqui.

“O Brasil, infelizmente, é o país que mais mata pessoas trans no mundo, com índices muito mais altos do que os países que o seguem. São mortes violentas, cruéis, que muitas vezes sequer chegam a ser notificadas aos órgãos públicos ou, quando chegam, não observam a verdadeira identidade de gênero das vítimas”, relata a coordenadora do Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (Nudversis), Letícia Oliveira Furtado.

Do total de mortes por transfobia, mais de 60% dos casos foram de mulheres trans ou travestis. E, entre as mortes cruéis, estão casos de transfeminicídios.

Criado pela socióloga Berenice Bento, que estuda o assunto há 20 anos, o conceito de transfeminicídio é necessário para diferenciar o crime de um feminicídio, apesar de os dois terem, em sua raiz, o ódio contra o sexo feminino e o desprezo pela condição de ser mulher.

“Nos casos contra as mulheres, a agressão acontece em casa, pelo companheiro ou ex-companheiro, e o caso acaba com o autor preso e processado. Em contrapartida, as mulheres trans são assassinadas na rua, por desconhecidos, em crimes bárbaros que, em 90% dos casos, não chegam à Justiça”, conta Berenice, professora do departamento de sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

Amparo Legal

Em maio deste ano, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou um projeto que pretende ampliar o alcance da Lei Maria da Penha e garantir proteção às mulheres trans. A pauta agora aguarda votação pelo Plenário.

Por Wesley Oliveira

[“Meu corpo fala”, diz mulher trans que conquistou vaga no mundo corporativo](#)

Yasmin Vitória não se esconde mais. E como poderia? Em seu portfólio profissional, ela

ressalta de antemão que é uma mulher transgênero, negra e periférica. “Se esses marcadores sociais foram fatores da minha exclusão no passado, hoje são dois marcadores que mostram como foi possível chegar onde cheguei”, diz.

[\(Universa, 28/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Há um ano e meio, Yasmin foi contratada para trabalhar frente à frente com clientes de uma empresa da tecnologia em São Paulo. Neste ano, também tornou-se a cara de uma campanha em prol da diversidade do LinkedIn, rede social voltada para o mundo corporativo.

De acordo com a plataforma, apenas 25% dos profissionais LGBTs já tocaram no assunto com um colega de trabalho. Outros 25% nunca falaram de identidade de gênero e orientação sexual a ninguém. Os dados mostram um desconforto dos LGBTs no mercado de trabalho: 58% dos heteros entrevistados sabiam da existência de um colega LGBT, a pessoa falando sobre isso ou não.

Não à toa, Yasmin faz parte de um movimento encabeçado por empresas de dar oportunidades a mais funcionários LGBTs, negros, PCDs e criar um ambiente de trabalho mais inclusivo e respeitoso. Em processo de transição, Yasmin fez a entrevista na Salesforce. Ainda não tinha retificado o nome.

A vaga não pedia por uma pessoa LGBT. Mas quando foi convidada a juntar-se ao time, a empresa já tinha preparado uma estrutura para resolver questões burocráticas importantes para Yasmin, como confeccionar crachás e assinaturas de e-mail com o nome social.

‘Não fico só nos bastidores’

Outra novidade é a de que ela iria dar a cara. “Não fico apenas nos bastidores. Também conduzo reuniões com clientes”, diz. Claro, isso desperta reações. “Meu corpo fala primeiro. Na maioria das vezes, não preciso nem abrir a boca. Isso destrava emoções em quem me conhece.”

Para chegar ao trabalho, ainda é preciso enfrentar um trajeto de mais 1 hora para sair da periferia de Interlagos, na zona sul da cidade, até região da Berrini, bairro povoado pelo mundo corporativo paulistano.

“Vivo em dois mundos. Quando olho pela janela da minha casa, vejo uma realidade nua e crua. Quando vou ao trabalho, vejo outro estado, de grande prestígio. A realidade que vivo enquanto trabalho não é a mesmo. São dois mundos”, diz.

O próximo passo na vida é formar-se em Administração. Yasmin está no último semestre do curso.

A gente que é minoria não pode chegar a um determinado ponto da carreira e esquecer quem é. O mercado ainda não foi configurado a pessoas como nós. Quando me coloco como trans negra, eu mostro ao mercado, que ainda é racista e homofóbico, sobre um monte de pessoas que ainda estão em busca de oportunidade para chegar onde eu cheguei.

O que as empresas precisam fazer para garantir a presença e a permanência de pessoas trans em suas equipes

Iniciativas de inclusão no mercado formal ainda são tímidas, mas ganham cada vez mais espaço

(O Globo, 10/09/2019 - acesse no site de origem)

A tendência é mundial. Cada vez mais corporações passam a entender a [diversidade como capital](#), capaz de enriquecer e trazer novas soluções para as empresas, seus serviços e produtos. Mas esse movimento abarca todas as letras dentro da sigla LGBT? Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), não.

A ONU reconhece que a última década trouxe avanços, mas considera as iniciativas de inclusão ainda escassas e incapazes de contemplar toda a população [LGBTI+](#). A mais vulnerável ainda é a [população trans](#), que encara uma série de obstáculos para chegar e, depois, para se manter dentro do mercado de trabalho formal.

Não há um dado oficial, mas um levantamento feito pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) estima que apenas 4% das mulheres travestis e transexuais têm empregos formais com fluxo de carreira. Ainda segundo a pesquisa, 90% delas estão na prostituição.

Essas mulheres vivenciam uma [sequência de exclusões](#) ao longo da vida, afirma a advogada e administradora Giowana Cambrone. Na infância e na adolescência, há uma ruptura de laços familiares e afetivos, quando muitas são expulsas de casa. O processo pedagógico dentro da escola também não as acolhe, elas não conseguem ter formação profissional e acabam tendo a prostituição como algo compulsório, explica.

Giowana presta consultoria sobre diversidade sexual para empresas e, informalmente, tem feito a ponte entre as que estão buscando profissionais transgênero para compor seus times e as pessoas trans que têm interesse em uma vaga no mercado formal.

— Por ser uma [mulher trans](#) e por entender que essa é a população mais vulnerabilizada da sopa de letrinhas do movimento LGBT, eu falo muito dessa realidade. As empresas têm se sensibilizado. Há uma tendência mundial das corporações, entendendo a diversidade como um capital, que enriquece e traz novas soluções. Nesse caminho, elas têm percebido que podem contratar pessoas trans.

Foi através dela que Manuela Menandro ficou sabendo de uma vaga de auxiliar de produção na Bayer, se inscreveu e, aos 27 anos, conseguiu o seu primeiro emprego de carteira assinada. Ela é uma das duas primeiras mulheres trans a serem contratadas para atuar na linha de produção

da fábrica da empresa em Belford Roxo, na Baixada Fluminense.

Até começar na Bayer, Manuela vivia de frilas e bicos como produtora cultural, mas as contas nem sempre fechavam no final do mês. Quando a oportunidade de uma vaga formal surgiu, ela decidiu se candidatar. Mas o fez porque sabia que tinha chance, pois a empresa se anunciava disposta a contratar pessoas transgênero. Ela diz já ter perdido a conta de quantos currículos enviou sem nunca receber resposta.

Há um mês na empresa, ela trabalha em um ambiente quase exclusivamente masculino e conta que temia sofrer, além do machismo, muita transfobia. Porém, se surpreendeu com uma recepção positiva de toda a equipe.

— Nos primeiros dias, fiquei muito nervosa. É um trabalho cansativo, demanda força e rapidez. Achei que ia sofrer muita transfobia, para além do machismo. É um meio extremamente masculino e branco. Mas, por incrível que pareça, estou tendo uma recepção positiva — conta a auxiliar de produção. — A importância para mim é a oportunidade da inclusão. São pessoas que nunca tiveram a oportunidade de lidar com uma pessoa trans, não conheciam ninguém. Acho que esse contato é muito positivo — completa.

— Por ser algo novo, um tema e uma população tão envolvida em tantos tabus, que você tem medo do que falar, do que fazer, como ser chamada ou chamado, qual banheiro usar, a instituição precisa fazer uma sensibilização dos outros colaboradores para evitar que essas pessoas passem por qualquer situação vexatória — afirma Cambrone.

Nesse sentido, antes de receber as novas funcionárias, a empresa fez uma espécie de treinamento com toda a equipe, explica Aline Félix, especialista em Diversidade e Inclusão da Bayer.

— Treinamos os líderes e as equipes para receberem elas. Esse treinamento envolve desde explicar o básico, como o que é identidade de gênero e orientação sexual, explicar quem são essas pessoas. É um processo educativo para que elas sejam incluídas e respeitadas — afirma.

— Eu tenho que garantir que as pessoas tenham a primeira experiência de integração muito positiva. E, depois, tenho que monitorar o que realmente está acontecendo, mas isso tem que ser tratado da forma mais natural possível, para que a pessoa não se sinta objeto de estudo. Quando a gente percebe que a inclusão está acontecendo, saímos de cena. Mas há um grupo de afinidade que fica à disposição para qualquer problema — completa a diretora de Inclusão e Diversidade da empresa, Aline Cintra.

A previsão é que outras quatro mulheres trans entrem na equipe de Belford Roxo em breve, conta Aline. Atualmente, a Bayer tem, ao todo, cerca de dez funcionários transgênero e mantém oito comitês de diversidade, um para cada unidade da empresa no país.

‘Se a cultura não for inclusiva, a diversidade é expulsa ou pede pra sair’

Além da sensibilização, a contratação de pessoas trans exige também um acompanhamento constante e uma transformação cultural da empresa, afirma Maite Schneider, co-fundadora da TransEmpregos, agência que reúne currículos de profissionais transgênero e divulga vagas inclusivas por todo o Brasil.

— As [ações afirmativas](#) têm que ter um acompanhamento constante e é preciso tornar efetivamente a cultura da empresa mais inclusiva. Se você enfiar diversidade e a cultura da empresa não for inclusiva, a diversidade é expulsa ou pede para sair — afirma.

Aline Cintra, da Bayer, reforça o coro:

— A inclusão tem que ser uma postura que a empresa tem como cultura, de não admitir comportamentos preconceituosos. É preciso ter isso como um valor da organização. Tem situações em que não dá mais para ser tolerante.

A TransEmpregos mantém convênio com 347 empresas atualmente. A maior parte são multinacionais, mas cresce a procura por profissionais trans nas médias e pequenas empresas, startups e fintechs, conta Maitê. Ela revela que até mesmo ramos tidos como conservadores, como instituições financeiras, seguradoras e escritórios de advocacia têm demonstrado abertura para a inclusão de pessoas transgênero em suas equipes.

Processo seletivo precisa ser inclusivo

A co-fundadora da TransEmpregos explica que o foco não são vagas exclusivas para pessoas trans, mas inclusivas, para que elas possam ser analisadas pelo RH das empresas sem sofrer preconceitos e discriminações por conta de sua [identidade de gênero](#). A iniciativa funciona como uma ponte, para que profissionais e empresas se conectem.

Foi por meio de um convênio firmado com a TransEmpregos no ano passado que a Ecopistas, concessionária que administra rodovias no estado de São Paulo, passou a receber mais currículos de candidatos transgênero. Também em 2018 foi criado um comitê de diversidade no Grupo EcoRodovias, que controla a empresa. Antes disso, os currículos destes profissionais dificilmente apareciam nos processos seletivos.

— Existe uma dificuldade de encontrar pessoas trans qualificadas para ocupar determinadas vagas, em função de toda a exclusão vivenciada por essas pessoas ao longo da vida. Às vezes, elas nem se candidatam a uma vaga, pois se sentem constrangidas porque não tem nome retificado nos documentos. O processo seletivo pode ser algo meio traumático. Então é importante que as empresas apontem essa receptividade ao divulgar as suas vagas — afirma a advogada Giowana Cambrone.

Ela ressalta que, embora as iniciativas de inclusão ganhem cada vez mais força, elas ainda são tímidas e muitas vezes restritas a vagas com salários mais baixos.

‘Capacidade profissional não tem gênero’

No ano passado, três profissionais trans foram contratadas pela EcoPistas. Entre elas, está Priscylla de Moura, que retornou ao mercado formal de trabalho depois de mais de duas décadas, aos 49 anos. Desde agosto, ela atua como operadora de pedágio no trecho da rodovia Ayrton Senna que é administrado pela concessionária.

Priscylla conta que teve alguns empregos com carteira assinada antes de passar por seu processo de transição. Mas, como não podia expressar sua real identidade no ambiente profissional, saiu do mercado formal e, como acontece com muitas mulheres transexuais e travestis, encontrou na prostituição uma forma de ganhar a vida.

— Eu poderia fazer uma série de coisas melhor no trabalho se pudesse ser eu mesma. Depois de um tempo, cansei de ficar fingindo. Aí fui para a noite — afirma.

No ano passado, com o apoio da Subsecretaria de Políticas da Diversidade da Prefeitura de Guarulhos, na Grande São Paulo, conseguiu fazer a prova para obter o certificado de conclusão do ensino médio, que não pode terminar na juventude, e fez a retificação dos seus documentos de identificação. Na sequência, conseguiu o novo emprego. Ela conta que a ausência do diploma e a documentação antiga eram alguns dos fatores que a mantinham fora do mercado formal, o primeiro por ser uma exigência comum das empresas; o segundo porque temia passar por algum constrangimento por não ter o RG com o nome retificado.

— Estava buscando uma estabilidade financeira, previdência. Todos esses aspectos contam para minha felicidade. É um emprego modesto, mas ele me traz esses benefícios.

Ela comemora a recepção que tem tido no seu retorno ao mercado formal, depois de mais de 20 anos. Segundo a Ecopistas, houve sensibilização dos colaboradores para o assunto e treinamento para as equipes de recrutamento e seleção.

— Acredito que tudo está mudando para melhor. Ainda é difícil para nós, muitas ainda são marginalizadas, mas melhorou muito. A empresa me deu a oportunidade de mostrar para mim mesma que eu sou capaz. A capacidade profissional de uma pessoa não está no seu gênero — completa.

Por Leda Antunes

Transexual que teve ficha do Exército postada na internet comemora decisão da Justiça: ‘Fiz meu papel de cidadã’

União foi condenada a pagar indenização de R\$ 60 mil por danos morais. Ela foi fotografada por militares em Junta de alistamento em Osasco, em 2015. As imagens foram divulgadas e ela passou a receber ligações ofensivas.

A estudante transexual Marianna Lively, 19 anos, comemora a decisão da Justiça Federal de São Paulo, que condenou a União a lhe pagar indenização de R\$ 60 mil por danos morais. Mas a alegria maior, segundo ela, é a de ter conseguido fazer seu papel de cidadã e garantir seus direitos na sociedade. Em 2015, ela teve suas fotos e todos os dados pessoais divulgados na internet instantes depois de fazer o alistamento militar em Quitaúna, em Osasco, na Grande São Paulo.

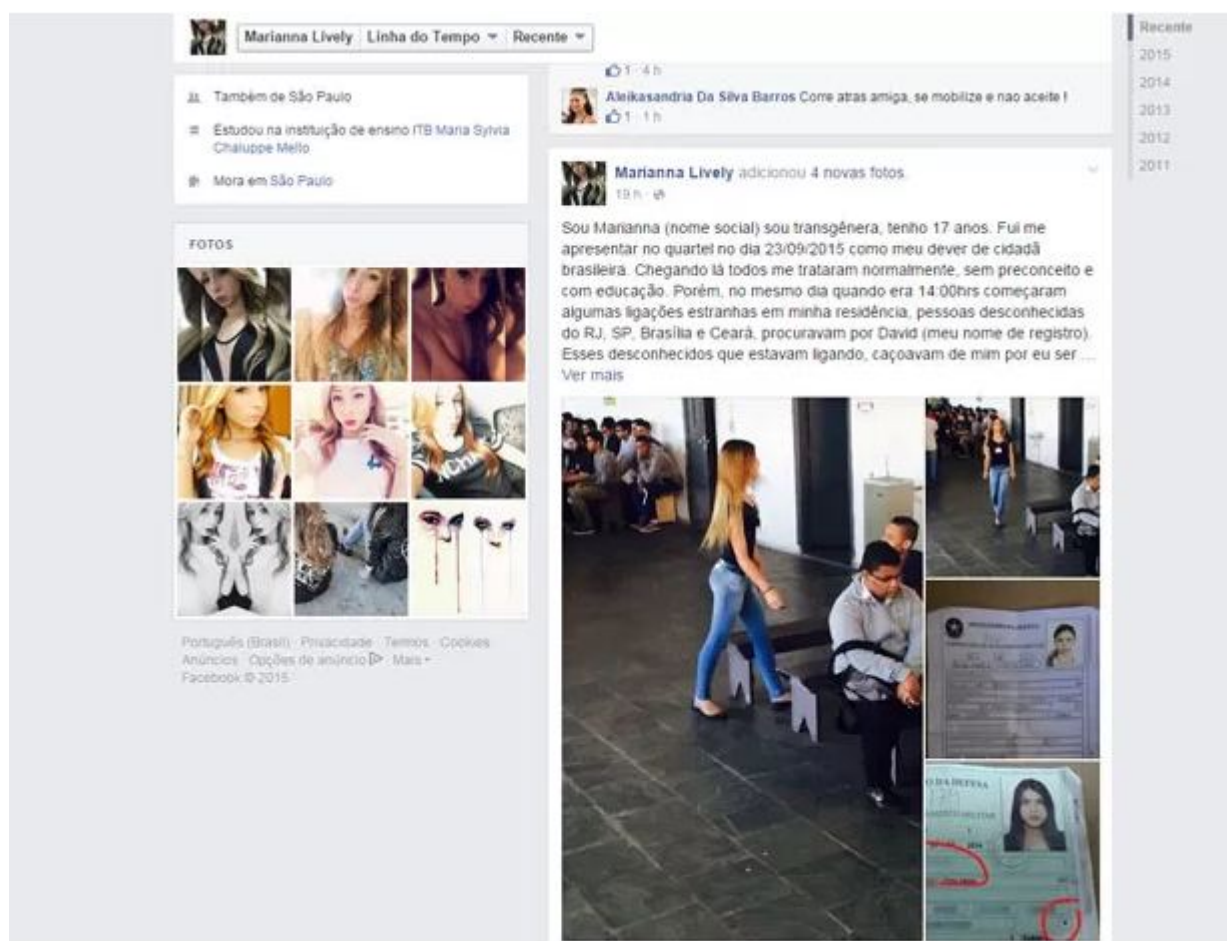
[\(G1/São Paulo, 19/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

“Para mim foi algo gratificante receber essa notícia, me deixou feliz, que consegui impor respeito, coloquei meu papel de cidadã na sociedade. Eu tenho ido atrás dos meus direitos, não tenho deixado passar batido. Acho que isso foi um marco e que sirva de lição, que não repitam isso, espero que eu seja a última pessoa que tenha passado por isso”, disse Marianna ao G1.

[Clique para assistir à reportagem](#)

Por conta da divulgação das imagens e do endereço e telefones, Marianna disse na ocasião que começou a receber inúmeras ligações, sendo parte delas ofensivas. Atualmente ela mora em Londres e espera retornar ao Brasil em breve. “O serviço militar não deu nota sobre o que vai fazer com base de transexuais e travestis no alistamento obrigatório. Espero que eles tomem providências, que possam dispensar as meninas logo quando entrarem com o pedido de reservista e que esse caso não tenha de ocorrer novamente”, afirmou a jovem transexual.

Ela relatou que foi tudo rápido, que se alistou por volta das 7h e quando chegou perto das 14h começou a receber ligações de pessoas a procurando pelo meu nome de registro. “Só eu e minha família sabemos o que a gente passou, muitas ligações, muitas pessoas me humilhando pelo telefone, foi uma situação horrível para mim e minha família. Fora as pessoas desconhecidas que apareceram no portão da minha casa, porque as fotos que divulgaram tinha o endereço da minha residência.”



Na decisão, a juíza federal Letícia Dea Banks concluiu que o autor das fotos e foi alguém do Exército, devido ao ângulo em que as fotografias foram tiradas e porque os civis presentes não podiam usar o telefone no local nem ter acesso ao certificado de alistamento. Segundo a Justiça Federal, o fato foi confirmado pelo Exército, que atribuiu a prática a dois militares. As

condutas já estariam sendo investigadas em um inquérito.

A magistrada ressaltou a violação à dignidade de Marianna, principalmente pelas humilhações que sofreu. “Friso que a exposição ocorreu na rede mundial de computadores, o que amplia ainda mais as consequências do ato. Ainda, dada sua gravidade, os fatos foram amplamente divulgados na imprensa nacional, gerando consequências até mesmo na rotina da autora.”

Marianna contou ao G1 que “isso assustou muito a minha família, foi muito chato de ter vivido. É triste, pois eu sei que não fui a primeira garota a sofrer isso. Muitas meninas me mandaram mensagens dizendo que já havia acontecido com elas em outros estados do Brasil. Eu acho que depois de tudo que aconteceu, para mim e para minha família, foi um choque, foi algo que não eu não esperava, algo que não tem como falar como foi horrível, me machucou muito. Tenho trauma em andar em público e se eu vejo uma pessoa com celular levantado eu entro em desespero, me sinto muito mal. Espero que isso não venha a acontecer de novo.”

Outro lado

O G1 procurou o Exército e aguardava retorno até a publicação desta reportagem. À época, informou que “não discrimina qualquer pessoa em razão da raça, credo, orientação sexual ou outro parâmetro. O respeito ao indivíduo e à dignidade da pessoa humana, em todos os níveis, é condição imprescindível ao bom relacionamento de seus integrantes com a sociedade”.

Ainda na nota de 2015, o Exército disse que “tem conhecimento do fato que envolveu a divulgação, sem autorização, das informações da pessoa em questão, durante o processo do Serviço Militar Obrigatório e já instaurou um Inquérito Policial Militar (IPM) para esclarecer o ocorrido e os envolvidos serão responsabilizados por suas ações, dentro do que prescreve a legislação vigente”.

Logo que as ligações ofensivas começaram a se repetir, Marianna buscou o apoio de sua mãe. Juntas, decidiram que iriam ao quartel falar com o comandante sobre o ocorrido. “Falamos com o capitão França. Ele pediu desculpas pela infantilidade dos soldados, mas me pediu para deixar a poeira baixar e pediu para eu trocar o número do celular para cessar as ligações. Como se isso resolvesse o problema de terem divulgado meu endereço e meus documentos todos”, disse ela, na época.

O Exército disse, também em 2015, que “não compactua com este tipo de procedimento e empenha-se, rigorosamente, para que eventuais desvios de conduta, sejam corrigidos, imediatamente, dentro dos limites da lei. O autor das fotos e o responsável pela divulgação das imagens e dos dados pessoais da jovem ainda não foram identificados”.

Por Glauco Araújo, G1 São Paulo

Gênero, uma categoria médica?, por

Berenice Bento

Muitos acreditam numa 'base biológica' para a identidade de gênero, embora nenhuma pesquisa tenha conseguido provar tal conexão; 'disforia de gênero' como diagnóstico é parte do discurso patologizante das múltiplas expressões de gênero

“A formação da identidade de gênero tem uma base biológica”. Você já deve ter escutado esta frase. Qual base biológica? Em que lugar dos nossos corpos encontra-se a explicação para os múltiplos arranjos identitários das nossas masculinidades e feminilidades? É verdade que as pesquisas aplicadas são muitas. A lista é grande. Aí vão algumas: Já tentaram causas hormonais (Bosinski et al., 1997; Mueller, et al., 2008), neuro-anatômicas (Luders et al., 2009; Garcia-Falgueras et al., 2008), preferência pela utilização da mão esquerda entre as pessoas trans (Green & Young, 2001), herança genética (Bailey et al., 2000), peso inferior em relação aos irmãos não trans (Blanchard et al., 2002), pesquisa nos cariótipos (Inoubli et al., 2011), elevadas taxas de síndrome dos ovários policísticos entre os homens trans (Balén et al., 1993), diferenciação sexual do cérebro (Blanchard, 2001), a influência dos hormônios sexuais na diferenciação sexual do cérebro dos mamíferos na fase pré-natal (Baba et al., 2007). E, sem querer provocar nenhum surto de riso no/na leitor/leitora, há pesquisas que tentam fazer uma relação entre as dimensões das digitais e as identidades de gênero (Green, & Young, 2001; Elizabeth & Green, 1984). Para o desespero dos crentes na base biológica, ao final, todas não chegam a um resultado satisfatório.

[\(ÓperaMundi, 11/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Há muitos saberes que acreditam numa “base biológica”. Ao longo das próximas semanas, vou me ater ao DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mental), publicação da Associação Norte-Americana de Psiquiatras (APA), no seu capítulo “Disforia de Gênero”. O DSM-5 é um dos textos mais importantes na defesa de uma base biológica para as múltiplas identidades de gênero e orienta psiquiatras que têm o poder de produzir pareceres sobre as demandas das pessoas trans e travestis tanto para a realização das cirurgias de transgenitalização quanto em processo jurídicos de mudança dos documentos.

Gênero, uma categoria diagnóstica?

O debate sobre o que é gênero ganhou dimensões midiáticas como nunca a sociedade brasileira assistiu. Conforme apontou Jorge Leite Junior, no Seminário Queer realizado em São Paulo em 2016, gênero tornou-se a palavra-abjeta da moda, ou seja, um palavrão impronunciável. O léxico que circulava anteriormente falava de “direitos das mulheres”, “violência contra as mulheres”. De forma geral, a categoria gênero era relacionada (e reduzida) à mulher. Mulheres transexuais, homens transexuais, travestis, mulheres transgêneros, homens transgêneros, pessoas não binárias, colocaram em cena a necessidade de se repensar os significados da categoria, tanto nas pesquisas acadêmicas como nas políticas públicas. Simultaneamente, um novo léxico que nega a possibilidade de fazer coincidir vagina=mulher=feminino e pênis=homem= masculino está sendo gestado. Na concepção biologizante das identidades de gênero, a heterossexualidade natural dos corpos é interpretada como o momento do encontro, a complementaridade essencial de duas espécies naturalmente (e radicalmente) diferentes: homens e mulheres.

A narrativa naturalizante para os gêneros é uma – entre outras – que disputa os significados para as masculinidades e feminilidades. Falar de gênero é explicitar relações de poder que atravessam e constituem os corpos e que sustentam a biopolítica (Michel Foucault, Nascimento da Biopolítica). Para além de afirmar que ninguém nasce mulher (Simone de Beauvoir, O Segundo Sexo), ninguém nasce homem, mas torna-se, é necessário pensar o que, neste processo do “tornar-se”, deve ser incentivado, premiado, reproduzido, e o que deve ser eliminado. Este “tornar-se” não é uma obra única, acabada. Gênero é um projeto social que tem como certidão de nascimento a incompletude. Ninguém tem um gênero. O gênero só existe fazendo-se.

O que confere a legitimidade de algumas expressões de gênero existir e outras serem eliminadas? Quem pode demandar reconhecimento social de pertencimento a um determinado gênero? Há algumas estratégias discursivas acionadas por aqueles/aquelas que se negam a reconhecer o caráter político e performático do gênero, principalmente aqueles assentados em pressupostos religiosos e científicos. No momento, vou ater-me não à bíblia sagrada, mas a outra bíblia: o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mental). A diáde normal/patológico é um dos eixos centrais para negar reconhecimento de cidadania e de pertencimento à categoria “humano”. Um dos principais documentos que alimenta fartamente a máquina de produção de discursos naturalizantes (e patologizantes) para as performances de gêneros é o DSM-5.

Disforia de gênero

O DSM-5 é um Manual da Associação Norte-Americana de Psiquiatria (APA). O caráter de associação nacional, no entanto, não impede que haja um desejo expresso de que seus achados clínicos, por seu suposto caráter científico, tenham um alcance global. Esta busca de verdade universal pode ser interpretada como parte de um projeto epistemológico colonizador, uma vez que não é possível universalizar concepções locais de gênero (que, no contexto estadunidense, são atravessadas pelas visões medicalizante e psiquiatrizante da vida) para as múltiplas expressões de gênero inseridas em culturas diversas.

Em maio de 2013, a quinta versão do DSM foi publicada. Após cinco anos de intensos debates envolvendo especialistas, ativistas de direitos humanos, profissionais psi (psicólogos, psiquiatras e psicanalistas), operadores da saúde, finalmente conhecemos as resoluções finais aprovadas na assembleia da APA.

Desde que o DSM começou a ser publicado, em 1952, foram editadas cinco revisões. Ao longo desses anos, o que se notou foi um aumento considerável de tipos de comportamento diagnosticados como “transtornos mentais”. Há uma alentada bibliografia que discute as motivações ditas e não ditas desta inflação de transtornos psiquiátricos, entre eles, a crescente influência da indústria farmacêutica nas decisões dos membros dos Grupos de Trabalho (GT) que compõem as Forças Tarefa (FT) responsáveis pelas revisões.

A influência da indústria farmacêutica, embora oficialmente negada pela APA, aumentou. Segundo o jornal ABC News, 70% dos membros da Força Tarefa do DSM-5 têm relações financeiras com empresas farmacêuticas. Baseado em pesquisa da psicóloga clínica Lisa Cosgrove, o jornal afirma que muitos dos especialistas que compõem os Grupos de Trabalho (GT) ou consultores científicos servem como porta-vozes pagos pelas empresas farmacêuticas, ou de pesquisa financiada pela indústria.

Alguns dos GTs apresentam alto índice de componentes com conflitos de interesse, principalmente aqueles para os quais as drogas representam o “carro-chefe” dos tratamentos.

Dois terços dos membros do GT Transtornos de Humor; 83% do GT Distúrbios Psicóticos e 100% dos Distúrbios do Sono mantêm vínculos com empresas farmacêuticas que fabricam os medicamentos usados para tratar esses “distúrbios” ou com empresas que atendem à indústria farmacêutica. Nesse cenário, a propalada cientificidade dos resultados de todo o processo de revisão do DSM-5 fica sob suspeita.

As 948 páginas do DSM-5 estão estruturadas em: Prefácio, Seção I (informações básicas sobre o DSM-5), Seção II (critérios diagnósticos e códigos), Seção III (instrumentos de avaliação e modelos emergentes), Apêndice. Na seção II encontram-se os “critérios diagnósticos e códigos” para os 22 tipos de transtornos psiquiátricos (por exemplo: transtorno bipolar e transtornos relacionados, transtornos depressivos, transtorno de ansiedade, etc). Apenas três diagnósticos não levam, em seus títulos, a tipificação “transtorno”. São eles: Disforia de gênero; Disfunções sexuais; e Espectro da esquizofrenia. Nesta edição, passamos a conhecer um novo tipo de transtorno psiquiátrico: Disforia de gênero. Esta nova categoria diagnóstica é uma revisão dos “transtornos de identidade de gênero”.

O DSM-5 é considerado, por muitos, como a bíblia da psiquiatria universal. E, nesta “bíblia”, o gênero, uma categoria cultural, foi capturado como uma categoria diagnóstica. Ou seja, embora o aparente interesse do Manual esteja voltado para as expressões de gênero consideradas “disfóricas”, é importante destacar que a construção de diagnóstico diferencial extrapola o limite dos “disfóricos”. Como definir padrões de normalidade? Quem são os não disfóricos de gênero? Portanto, a despsiquiatrização passa pela negação do reconhecimento de qualquer legitimidade da psiquiatria em produzir discursos sobre os múltiplos significados para as masculinidades e feminilidades.

Como definir quem é o “não disfórico de gênero”? Existem exames infalíveis para dizer que eu (não) sou disfórica? Não existe nenhum exame clínico para se “detectar” os (não) disfóricos de gênero. Qual o material que o psiquiatra manuseia para chegar a um diagnóstico sobre a “saúde de gênero” do “paciente”? Nos próximos artigos vou me ater a estas questões. No momento, antecipo que são exclusivamente os discursos produzidos social e hegemonicamente sobre o que é ser “homem de verdade” e “mulher de verdade” que servem de referência para psiquiatras estabelecerem um diagnóstico sobre a “disforia de gênero”. Na cena da consulta, o que acontece é uma atualização performática dos sentidos culturais atribuídos à categoria gênero.

Ao ler o capítulo “Disforia de Gênero”, minha atenção primeira estava voltada para entender a compreensão de gênero que sustenta o texto. Eu também tive particular interesse em ler as “notas pré-textuais” do DSM-5, ou seja, aquilo que não está no texto, mas que o fundamentou. Quem eram os membros do Grupo de Trabalho responsável pela reformulação do capítulo “Transtorno de Identidade de Gênero”? Quais os vínculos institucionais desses membros? Qual a bibliografia citada e consultada nos documentos produzidos pelo GT? Nesse ponto, vale piratear a máxima popular que nos alerta: Diz-me com quem andas e te direi quem és. Na minha versão: Diz-me quem citas e te direi como pensas. Ao ler os textos dos/das pesquisadores/pesquisadoras que compõem a Grupo de Trabalho, não foi sem surpresa que me deparei com uma profunda endogamia. Um pequeno grupo de pesquisadores que se leem, se citam, elaboram relatórios e decide quem são os normais e anormais de gênero em todo o mundo, conforme desenvolverei nos próximos artigos. Enfim, um negócio de e entre amigos. Esta genealogia terminou por me revelar em cores trágicas o caráter colonizador do DSM-5.

Ao fazer o movimento de rastreamento das discussões que antecederam e fundamentaram as

grandes alterações no antigo capítulo “Transtorno de Identidade de Gênero” para “Disforia de Gênero”, conclui que: 1) as alterações não mudam o essencial: gênero continua sendo psiquiatrizado; 2) o texto fala de uma realidade local, estadunidense, na qual o Estado é um ator ausente na garantia da saúde dos/das cidadãos/cidadãs. Nesse contexto neoliberal, o protagonismo na questão da saúde cabe aos planos de saúde; 3) a suposta ênfase na questão cultural está mais próxima a um jogo de cena representado pelo Grupo de Trabalho. São as explicações biologizantes que constituem o cerne da concepção de gênero que estrutura o capítulo “Disforia de Gênero”.

Por que priorizar a discussão sobre este documento? Qual a importância que ele tem no contexto brasileiro? Toda vez que um especialista é chamado para decidir se uma travesti, por exemplo, tem direito a mudar de nome sem realização da cirurgia de transgenitalização, o DSM é citado. Nos pareceres finais das equipes de especialistas nos hospitais que autorizam a cirurgia de transgenitalização, vamos encontrar a “bíblia científica”. Enfim, para lembrar Foucault: é muito poder para pouco saber.

**Berenice Bento é doutora em Sociologia (UnB/Universidad de Barcelona) e pós-doutora pela CUNY/EUA. Autora, entre outros, dos livros “A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual”, “O que é transexualidade”, “Homem não tece a dor”, “Estrangeira: uma paraíba em Nova Iorque”. Atualmente é professora da UFRN. Em 2011 recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos.*

“Não é que queira lutar pelos direitos dos transgêneros; é que devo fazê-lo”

Conversamos com Hari Nef, modelo e atriz transgênero, sobre a necessidade de derrubar estereótipos e seus projetos no mundo do cinema e da moda

Guarda em suas lembranças que, por um longo tempo, ninguém queria contratá-la. “Meu agente me consolava dizendo que uma pessoa acabaria acreditando em mim. E que, depois, todo mundo correria para fazer o mesmo”, afirma Hari Nef, enrolada em um sofá em um hotel de Berlim. E assim aconteceu. Depois de ser ignorada durante anos por uma indústria que não sabia o que fazer com ela, começaram a chover contratos.

[\(El País, 21/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

No mesmo fim de semana, recebeu uma ligação de Jill Solloway, a criadora da série *Transparent*, que lhe propôs interpretar um antepassado transexual da família protagonista. E também do responsável da agência de modelos IMG, que representa tops como Kate Moss e Gigi Hadid, para anunciar que queria contratá-la. Desde então, esta norte-americana de 24 anos, graduada em interpretação pela Universidade Columbia, já atuou em um vídeo para a banda *The Drums*, foi tema de um perfil de várias páginas na revista *The New Yorker*, a bíblia da intelectualidade da costa leste dos EUA, e acaba de se tornar a nova garota-propaganda da Gucci. Será um sinal deste momento histórico que se supõe estar sendo vivido pelo movimento

trans? Nef nega categoricamente: “Os que vivem este momento histórico continuam sendo os homens brancos”.



P. Você é a primeira modelo transgênero contratada pela agência IMG, primeira

imagem trans de Gucci e a primeira porta-voz trans da L'Oréal. Qual é a sensação de ser a primeira em tudo?

R. Não entendo esta obsessão. No fundo, quando você faz parte de uma comunidade ignorada, brutalizada e denegrada por tanto tempo, não é difícil ser a primeira a conquistar todas essas coisas. Entendo que isso gere atenção e manchetes, mas a obsessão com minha identidade e meu corpo me parece, em muitos casos, simples voyeurismo. Valorizo o que tenho conseguido, mas, para citar Maya Angelou, me recuso a ser reduzida a isso. Preferiria ter todas essas coisas discretamente, sem que todos apontassem o dedo para mim o tempo todo. Entendo que é uma honra, mas acho desconfortável.

P. Não acredita que essa insistência seja uma demonstração de que as coisas estão mudando?

Não, não acho que demonstre uma mudança. Veja o que está acontecendo no meu país. Você realmente acha que aparecer em uma campanha da L'Oreal ou usar um vestido Gucci vai salvar os Estados Unidos daquilo que a Administração Trump planeja fazer? Claro, pode ser que isso consiga ajudar alguém. Talvez alguém semelhante a mim se sinta melhor e comece a se amar um pouco mais. Mas me parece pouco realista projetar expectativas tão progressistas no simples fato de que trabalho na moda e em Hollywood. Participo dessas indústrias porque gosto do trabalho que me propõem, mas não esqueço o quanto elas são racistas, sexistas e transfóbicas.

P. Neste contexto, você se considera uma ativista?

R. Não sou uma ativista. Sou apenas uma atriz. Luto por obrigação, não por escolha. Não vim a este planeta para salvar minha comunidade. Não quero fazê-lo, mas não tenho escolha. Sinto que tenho uma responsabilidade, por ser alguém que foi à faculdade, que sabe falar diante do público e que se tornou uma figura pública. Mas não gosto nem me inspira. Por outro lado, é uma fonte de muita dor. Na verdade, só quero ser uma pessoa. Quero trabalhar. Quero amar e fazer amigos, ir às compras, passar tempo com minha irmã e ligar para minha mãe para lhe contar como foi meu dia. Aceitei isso, mas gostaria que minha vida fosse diferente.

P. Parece insinuar com suas palavras que o movimento transgênero não vive nenhum momento histórico. Totalmente o oposto do que é repetido há anos.

R. Talvez seja... ou talvez não. O que digo é que temos estado dentro e fora dos holofotes há algum tempo. Na década de cinquenta, foi Christine Jorgensen [a primeira pessoa que afirmou ter feito uma cirurgia de mudança de sexo]. Na década de sessenta, Candy Darling trabalhou com Tennessee Williams. Nos anos setenta, Renée Richards participou do U.S. Open de tênis. Nos anos noventa, tivemos o documentário Paris is Burning e o filme Traídos pelo Desejo foi um sucesso. E, nos tempos antigos, o imperador Heliogábalo prometeu dar de presente metade do Império Romano ao médico que conseguisse mudar seu sexo...

P. Nada mudou nos últimos 20 séculos?

R. Não, não há novidade: agora foi estabelecida uma aliança entre este movimento e o neoliberalismo. Isso é bom e ruim ao mesmo tempo. Por um lado, isso nos tem proporcionado uma plataforma midiática. Por outro, generaliza uma imagem de uma comunidade que parece impossível generalizar. Os transgêneros não compartilham da mesma cultura. Além disso, o gênero se define culturalmente, de modo que ser trans nos Estados Unidos, nas Filipinas ou na

África não é a mesma coisa. Falar da “comunidade trans” é, basicamente, como falar da comunidade dos ruivos com sardas.

P. O trans virou moda, mas a realidade ainda tem um outro lado mais prosaico do que se vê no cinema, na televisão e na moda...

R. É claro que sim.

P. Por exemplo, na mesma semana em que a revista Time dedicou sua capa à atriz Laverne Cox, de Orange Is The New Black, um grupo de mulheres transgênero foi brutalmente agredido em Atlanta.

R. É interessante, porque o aumento da visibilidade da comunidade trans é diretamente proporcional ao aumento da violência contra os seus membros. Ainda mais se são mulheres. E ainda mais se essas mulheres são negras. Não podemos esquecer nomes como Monica Loera ou Gwen Araujo, que morreram depois de serem agredidas. Embora eu tente não pensar muito sobre isso, porque acho muito doloroso.

P. Obama protegeu as crianças transgênero e permitiu operações de mudança de sexo financiadas pelo Governo. Você teme um retrocesso durante o mandato de Donald Trump?

R. Trump prometeu, desonestamente, preservar alguns decretos que protegem a comunidade LGBT. Na verdade, sua administração está promovendo leis e decretos para favorecer a liberdade religiosa de trabalhadores no setor público. Isso significa que, se a nova regulamentação for concretizada, um funcionário público poderá discriminar quem quiser. Certamente as pessoas LGBT, já que o estilo de vida delas e suas identidades não se ajustam a certos valores religiosos. Estamos diante de um perigo real. A verdade é que, antes das eleições, disse a mim mesma que não falaria mais sobre estas questões. Mas os tempos mudaram desde então...

P. Parece que seu país dá um passo para frente e dois ou três para trás.

R. Sim, mas isso, para mim, é a definição de progresso, se é que existe essa noção. Quando ouço meus amigos afro-americanos, percebo que seus tataravós lutaram, que seus avós continuaram lutando e que seus pais insistiram ainda mais nesta luta. E eles mesmos continuam lutando. O que isso diz sobre nós? Seja o que for, o que estamos fazendo não está funcionando.

P. Qual caminho tomar, então?

R. Não sei. Creio que precisamos de mais pessoas dispostas a nos ajudar, de gente que não se sintam diretamente atingida por esses problemas. Eu não deveria estar lutando tanto. Quem deveria fazer isso é gente com muito mais poder. É irritante quando me dizem: “O que eu posso fazer pela sua luta?” Diga-me o que posso fazer!”. Dá vontade de responder que o meu conhecimento sobre essas questões não se deu num passe de mágica. Li muitos livros, interessei-me pela vida dos outros, fiz perguntas a eles e escutei o que diziam. Minha resposta seria: estude! Leia Problemas de gênero, de Judith Butler! Informe-se a respeito do que acontece à sua volta! Fale com os transgêneros que existem na sua vida! Marque um encontro com um deles! Receba-os na sua vida e no seu coração! Não fique de lado perguntando: “O que eu posso fazer por você?”. Até porque a lista de coisas seria longa demais...

P. Na série *Transparent*, você interpretava uma transgênero berlinense dos tempos de Weimar. Diz-se que foi naquele período que se inventou a identidade sexual moderna. Houve um momento de tolerância para com o gênero não binário que desapareceu ao longo do século XX...

R. O que eu aprendi ao me preparar para esse papel foi que estivemos muito perto de atingir isso. Em alguns lugares da Europa, os transgêneros foram aceitos, entendidos e integrados. Até mesmo as instituições médicas se interessaram neles. Esse personagem me levou a me perguntar em que pé estaríamos hoje se não tivesse acontecido a Segunda Guerra Mundial. É uma pergunta que me faço, não só como mulher transgênero, mas também como judia...

P. Uma das mudanças que observamos no cinema, na televisão e na moda é que os transgêneros já não são seres monstruosos como em outros tempos. Eles hoje possuem corpos sexualizados e atraentes...

R. É verdade. Somos uma das categorias de pornografia com maior quantidade de seguidores. Certamente alguns homens presentes nesta sala já consumiram pelo menos uma vez algum pornô trans...

P. Isso é bom ou é ruim?

R. É bom saber que o corpo transgênero não representa uma coisa indesejável. Mas também é ruim, porque a representação da minha comunidade pela pornografia tende a ser de caráter explorador. E é fabricada para ser consumida pelo olhar masculino. A pornografia é o principal canal por intermédio do qual os homens heterossexuais descobrem o corpo de uma mulher transgênero. Ou uma shemale, para usar uma dessas palavras nojentas que o pornô reserva para nós. Não devemos nos enganar: há uma porcentagem muito baixa de homens que nos acham belas e atraentes, que ousam pedir para sair conosco ou que cuidam de nós ou nos amam com a mesma dignidade com que tratariam uma mulher cisgênero.

P. Qual é a sua experiência disso?

R. Conheço poucas mulheres trans com relacionamentos longos, muito menos casadas e menos ainda que não tenham conhecido uma relação violenta. É difícil topor com um homem que se sinta bem com sua própria masculinidade a ponto de aceitar uma mulher que é diferente... Mesmo que, na verdade, ela não seja, de modo algum, diferente. Sei de muita coisa. Se deixasse vazar minhas mensagens privadas, ganharia milhares de dólares com o TMZ [site sensacionalista de notícias sobre celebridades]. Não vou falar mais nada... Mas, escute, você não vai perguntar nada sobre a minha carreira de atriz?

P. Sim, chegamos a ela. Sei que você logo começará a filmar com Suki Waterhouse...

R. Isso mesmo. Estou muito emocionada. É o meu primeiro filme com um personagem protagonista. Ele se chama *Assassination Nation* e é dirigido por Sam Levinson, filho do diretor Barry Levinson. É a história de quatro moças em um vilarejo norte-americano ameaçadas por um hacker anônimo que publica dados pessoais, mensagens, correios eletrônicos e fotos privadas delas. O filme reconstrói e atualiza o julgamento de *As Bruxas de Salem*, em que os habitantes desse vilarejo são submetidos à divulgação pública de seus segredos. Será um filme bastante sombrio e violento.

P. Quando você decidiu se dedicar a ser atriz?

R. O mundo sempre me pareceu um lugar confuso e cruel. Contar histórias era uma maneira de encontrar algum sentido nele, e também para mim mesma. Atuei no teatro pela primeira vez aos 5 anos, e desde então não parei mais. A atuação tem sido uma forma de explorar partes de mim mesma antes que me dessem autorização para fazê-lo também fora do palco. É pela mesma razão que eu gosto da moda: no fundo, trata-se de contar histórias sobre os nossos corpos e identidades. Essas são as minhas obsessões. É por essa razão que me sinto bem trabalhando com isso. Em especial com as mulheres. Com os homens me parece menos divertido.

P. Por que?

R. Porque eles têm ideias e planos. São muito apegados às suas próprias visões. As mulheres funcionam diferente. Por exemplo, Jill Solloway, a criadora de *Transparent*, não diz o que você tem de fazer. Perto de 80% do que se viu na série são fruto de improviso. Eu li o roteiro e depois o enunciei como me pareceu melhor. Por isso é que a série tem esse ar de autenticidade tão contemporâneo. Ainda não posso divulgar, mas tenho outros projetos com diretoras incríveis. Na moda, também gostaria de trabalhar com mais estilistas.

P. Você mudou de gênero quando estava estudando na Columbia. Quais papéis você pôde interpretar então?

R. O estudo de interpretação na Columbia é muito aberto, progressista e inclusivo. Quando comecei a minha transição, avisei os meus professores que não queria mais interpretar papéis masculinos, e eles aceitaram. O problema é que, nos textos que temos à disposição, existem poucos personagens transgêneros. Eu me perguntei, então, se fazia mesmo sentido me dedicar profissionalmente a isso. Por um tempo me voltei mais para a performance artística. Mas, naquela época, saiu a *Time* com Laverne Cox na capa. Foi uma coisa que me reafirmou como mulher, mas também como atriz. Pensei comigo mesma que talvez eu também poderia...

P. Quais são os seus desafios hoje como atriz?

R. Sinto uma grande pressão por mais versatilidade. Passo muito tempo pensando em como me tronar mais vendável. Quero ser vista como uma atriz, e ponto, e não como uma atriz transgênero. Tenho frequentado um especialista da fala para ampliar o alcance tonal da minha voz. Hoje eu estou cansada e com o problema do fuso-horário, mas quando faço meus exercícios, fico bem mais convincente [sorri]...

P. Você acaba de usar o adjetivo “vendável”...

R. Eu sei, é uma vergonha. É uma humilhação. Mas preciso fazer isso para poder trabalhar. Mas qualquer atriz que não seja branca, magra, que tenha alguma deficiência ou não seja cisgênero dirá algo parecido. Tenho de ser muito disciplinada. Preciso melhorar.

P. Quando você disse à sua mãe que queria ser atriz, ela lhe aconselhou a não ler o que as pessoas fariam sobre você. Você seguiu o conselho?

R. Não. Eu leio tudo. Os atores que dizem o contrário estão mentindo. Tenho 24 anos e não sei com clareza quem eu mesma sou. Às vezes, penso que ler o que os outros acham de mim ajudará a me entender melhor. Mas é perigoso, e sei que não deveria fazê-lo.

P. Fazem críticas muito cáusticas?

R. Às vezes sim. Dizem que falo demais sobre o fato de ser trans. Não entendem que é sobre isso que me perguntam nas entrevistas... Toda vez que uma revista me chama de “atriz transgênero” alguém se sente no direito de opinar. Eu sou que não sou um homem. Sei que não jeito de homem. Mas é isso o que essas pessoas veem. Se lessem mais coisas sobre mim ou falassem comigo, talvez teriam uma reação diferente. Ou não. Como eu disse antes, essa visibilidade, por mais positiva que seja, é também o que me deixa exposta ao ódio e à violência. Leia o que algumas pessoas escrevem toda vez que a Gucci posta uma foto minha no Instagram... No fundo, não sou o que essas pessoas querem ver.

P. Você tem esperança de que isso mude em um futuro próximo?

R. Para falar a verdade, para mim tanto faz. Já estou aqui. Mas espero que aconteça. O que posso fazer, a não ser esperar?

Álex Vicente

Mortes de travestis e transexuais são subnotificadas no Brasil, apontam ativistas

Nos primeiros meses de 2017, 25 assassinatos de travestis e transexuais foram notificados, mas o número pode ser maior

O assassinato da travesti Dandara Kataryne, em Fortaleza (CE), no último dia 15 de fevereiro, é a ponta do iceberg de casos de violência que atingem uma população que vem sendo dizimada pelo ódio e pelo preconceito. Só nos primeiros três meses de 2017, 25 travestis e transexuais foram assassinados no país, segundo o Monitoramento da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Rede Trans Brasil).

[\(Brasil de Fato, 20/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Nos últimos 30 dias, assim como Dandara, as travestis Jennifer Celia Henrique, de Florianópolis (SC); Camila Albuquerque, de Salvador (BA); Lexia Alves de Brito, de Santa Fé do Sul (SP); Bruna Tavares de Pádua, de Ourinhos (SP); e Mirella de Carlo, de Belo Horizonte (MG); foram assassinadas vítimas de crimes de ódio. Os casos ganharam certa repercussão na imprensa local, mas continuam marcados pela impunidade.

“As mortes de travestis e transexuais continuam subnotificadas. O número de casos deve ser ainda maior. No Brasil, 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo e, como é sabido, estar na ruas se prostituindo é quase uma sentença de morte, porque você fica muito mais exposta e vulnerável a todo tipo de violência”, diz Daniela Andrade, ativista da causa trans.

Segundo outro levantamento, do Grupo Gay da Bahia (GGB), 2016 foi o ano com o maior número de assassinatos da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) desde o

início da pesquisa, há 37 anos. Foram 347 mortes; São Paulo lidera a lista, registrando 49 assassinatos. No entanto, o próprio GGB ressalta que os números são subnotificados, já que faltam estatísticas oficiais.

Já o relatório da ONG internacional Transgender Europe, aponta que o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e transexuais em todo o mundo. Entre janeiro de 2008 e abril de 2013, foram 486 mortes, quatro vezes a mais que no México, segundo país com mais casos registrados.

Direitos

A crueldade e a repercussão da morte de Dandara, gravada em vídeo que circula nas redes sociais, joga luz sobre o combate à transfobia. Em todo o país, grupos LGBT cobram do poder público a aprovação de projetos e políticas sociais que garantam os direitos dessa população marginalizada. A principal das lutas entre os militantes no Brasil é a criminalização da transfobia e da homofobia.

Para Neon Cunha, publicitária e também ativista da causa trans, a internet é um instrumento importante de visibilidade para as pessoas transgêneras, que encontram ali um espaço para fazer reivindicações ao poder público. “Com a internet e as redes sociais, as ativistas podem colocar o dedo na ferida. O caso da Dandara aconteceu no Nordeste, em uma região periférica, longe de ser notificada, se não fosse a tecnologia a gente não teria essa notificação. Seria mais um apagamento histórico. A gente não sabe de fato qual é a dimensão desses assassinatos no Brasil, por isso a importância de criminalizar a transfobia”, acredita.

Depois de oito anos em tramitação, o projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 122/06) que dispõe sobre o tema foi arquivado em 2014, sem conseguir aprovação. O texto definia crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual, e encontrou resistência, sobretudo, entre parlamentares da bancada religiosa. “Vivemos em um país extremamente retrógrado, fundado em uma cultura judaico-cristã hipócrita. E que tem uma bancada evangélica que diz que falar sobre igualdade e respeito nas escolas é uma ‘ideologia de gênero’. Acredito em uma sociedade em que todos são respeitados e têm as mesmas oportunidades. Parece uma conclusão muito simples, mas vamos levar muitas gerações para alcançar isso”, lamenta Andrade.

Responsabilidade

Para as ativistas, a responsabilidade pelas mortes de travestis e transexuais no país não é apenas do poder público. “Tendemos a achar que os assassinos são doentes, que são monstros, mas os assassinos das travestis e transexuais são pessoas comuns, produtos da nossa sociedade. Uma sociedade que nas 24 horas do dia induz a esses assassinatos. Desde que eu me entendo por gente, quando se fala de travesti se fala do que é pior na sociedade, é a escória da sociedade”, diz Andrade.

Já Neon Cunha lembra do papel negligente da imprensa brasileira no trato das questões trans. “Não podemos esquecer da grande responsabilidade da imprensa que sempre ‘exotificou’ e desqualificou essas vivências. Na grande maioria das vezes, o jornalismo brasileiro trata essas mulheres como ‘o travesti’, ‘o homem que se vestia como mulher’... Isso é uma morte simbólica das travestis e transexuais, porque desrespeita a identidade de gênero dessas pessoas”, considera.

Nadine Nascimento

Homofobia mata uma pessoa a cada 25 horas; Norte tem maior índice

Foram mortas, em 2016, 343 pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais (LGBT) no Brasil — um recorde levantado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) nos 37 anos em que compila anualmente o número de vítimas fatais da homofobia. Isto que significa que, aproximadamente a cada 25 horas, pelo menos uma pessoa com estas orientações sexuais é assassinada no país, conforme adiantou a coluna de Ancelmo Gois. E o GGB alerta: a falta de registros ainda é um grave problema no Brasil, que ainda carece de registros centralizados e oficiais do tipo, portanto a realidade possivelmente é muito mais dramática.

[\(O Globo, 24/01/2017 - acesse no site de origem\)](#)

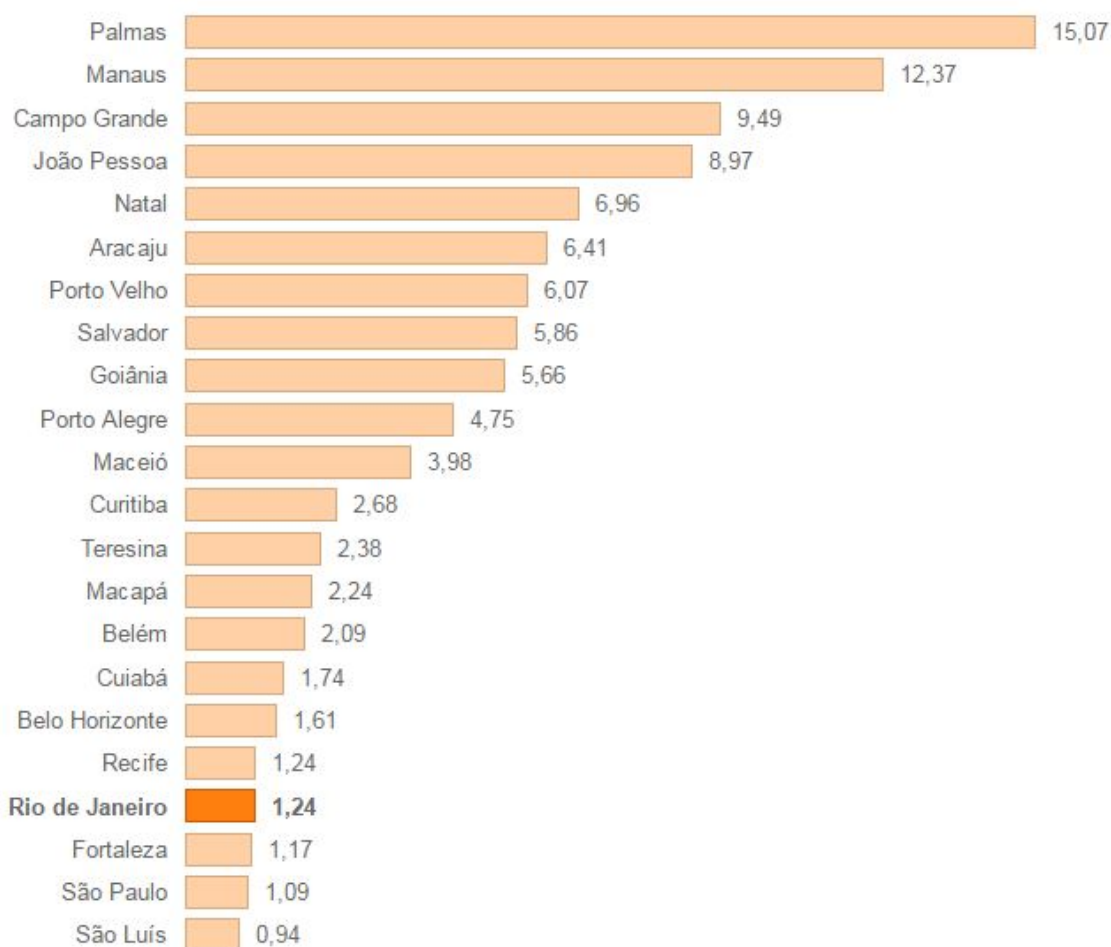
Em 2000, foram registrados 130 homicídios; e em 2010, 260. Uma outra virada na tendência nos últimos anos ocorre a nível regional: o Norte vem liderando o número de assassinatos por habitantes, tirando a triste liderança de décadas da região Nordeste. Em 2016, foram computados 3,02 homicídios a cada um milhão de habitantes no Norte, seguido pelo Centro-Oeste (2,56), Nordeste (1,94), Sul (1,24) e Sudeste (1,19). Em números absolutos a nível estadual, estão na frente São Paulo (49 assassinatos), Bahia (32), Rio de Janeiro (30) e Amazonas (28).

Os autores do levantamento, baseado na compilação de casos a partir de buscas na internet e veiculação na mídia, destacam que foram documentados assassinatos em 168 municípios brasileiros — apesar da predominância em capitais, porém, os crimes não respeitam as fronteiras entre áreas urbanas e rurais, marcando cidades pequenas como Piranguinho (MG) e Bom Lugar (MA).

Homenageado no estudo, o jovem Itaberli Lozano, de 17 anos, foi morto pela mãe no final de dezembro justamente em uma cidade do interior: em Cravinhos, no estado de São Paulo. Ela confessou o crime e, enquanto o Ministério Público entende o crime como homofobia, a Polícia Civil sustenta a tese de um conflito familiar. Apesar da divergência na Justiça, um tio paterno de Itaberli declarou que a mãe não aceitava a homossexualidade do jovem, e amigos de Itaberli entregaram aos investigadores uma postagem de dezembro no Facebook em que ele relata ter sido agredido pela mulher.

Vítimas LGBT nas capitais

Taxa para cada um milhão de pessoas em 2016

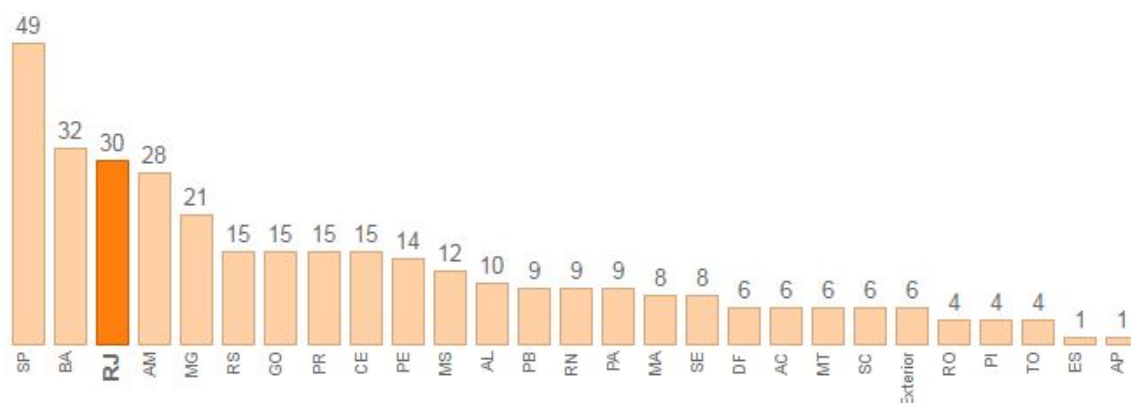


* Capitais não incluídas não tiveram registro de assassinatos

Fonte: Grupo Gay da Bahia / Assassinatos de LGBT no Brasil (Relatório 2016)

O GLOBO

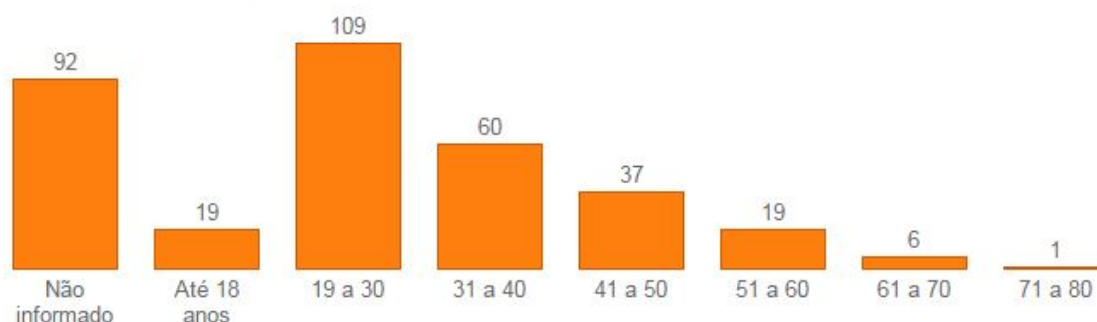
Vítimas LGBT por estado em 2016



Fonte: Grupo Gay da Bahia / Assassinatos de LGBT no Brasil (Relatório 2016)

O GLOBO

Vítimas LGBT por faixa etária em 2016

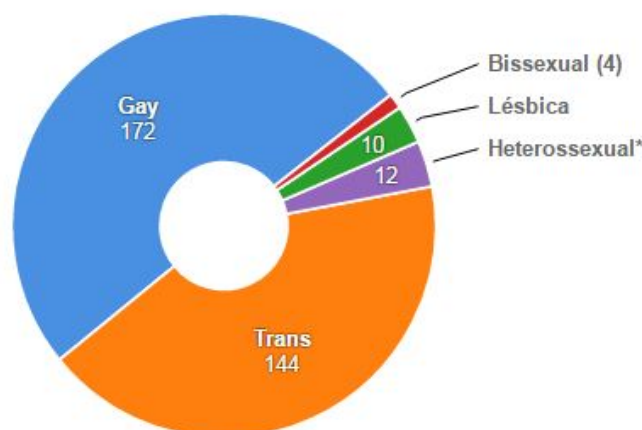


Fonte: Grupo Gay da Bahia / Assassinatos de LGBT no Brasil (Relatório 2016)

O GLOBO

Vítimas por segmento LGBT

No Brasil em 2016



*Inclui parentes e conhecidos de pessoas LGBT assassinados por algum envolvimento com a vítima

Fonte: Grupo Gay da Bahia / Assassinatos de LGBT no Brasil (Relatório 2016)

O GLOBO

Itaberli era gay, grupo que corresponde a 50% dos homicídios registrados em 2016; travestis e transexuais foram 42%; e lésbicas, 3%. O levantamento inclui também heterossexuais mortos (4%) em circunstâncias ligadas à proximidade com pessoas LGBT, como o ambulante Luiz Carlos Ruas, morto no dia do Natal em uma estação do metrô de São Paulo após defender um homossexual e uma travesti de agressores.

Quanto à cor, os autores do levantamento destacam que as vítimas destoam do perfil demográfico do Brasil: 64% eram brancos e 36% negros.

O GGB destaca, porém, que a subnotificação dos assassinatos é grande — e reflete uma falha dos governos no monitoramento destes crimes.

— Desde a década de 70 percebi que era vital documentar os assassinatos de pessoas LGBT, que é o máximo da homofobia. Sempre insistimos que os governos se encarreguem de um banco de dados, como acontece em outros países como os Estados Unidos. A única vez que isso foi feito, em 2012, foi incompleto e sem continuidade. Então continuamos com três pessoas fazendo esse trabalho, sem apoio financeiro — destaca o antropólogo Luiz Mott, um dos autores do levantamento e responsável pelo site “Quem a homofobia matou hoje”.

Outro sintoma do que o grupo chama de “homofobia institucional” é o dado de que apenas 10% dos casos registrados em 2016 levaram à abertura de um processo judicial. “Quando há testemunhas, muitas vezes estas se recusam a depor, devido ao preconceito anti-LGBT. Policiais, delegados e juizes manifestam sua homotransfobia ignorando tais crimes, negando sem justificativa plausível sua conotação homofóbica”, destaca o estudo.

— Todos viraram criminólogos. Dizem que não é homofobia, é gay matando gay, ou que os heterossexuais morrem muito mais. A homossexualidade é uma vulnerabilidade acrescida — aponta Mott. — Me surpreende a Dilma e o Temer não terem mobilizado seus aliados para encaminhar um projeto que equipare a homofobia ao racismo. Não queremos privilégios: queremos direitos iguais, nem menos, nem mais. Hoje, o racismo é crime inafiançável. Para a homofobia, é preciso depender da boa vontade do delegado ou do juiz.

“O Direito reconheceu um fato muito evidente: o machismo”, afirma promotor da 1ª denúncia de feminicídio de mulher trans em SP

Em junho deste ano, o Ministério Público de São Paulo ofereceu a primeira denúncia no Estado pelo feminicídio de uma mulher trans. De acordo com [informações do órgão](#), Michele era vítima de violência doméstica e foi assassinada pelo homem com quem mantinha uma relação há 10 anos, Luiz Henrique Marcondes dos Santos. A denúncia já foi aceita pelo Poder Judiciário.

(Débora Prado/Agência Patricia Galvão, 13/10/2016)

A denúncia foi aceita pelo Poder Judiciário – o que para o autor da denúncia, o promotor Flavio Farinazzo Lorza, é um passo extremamente importante.

“Ao oferecer a denúncia, a acusação precisava passar por um primeiro crivo do Judiciário, que iria dizer se receberia ou não a denúncia. E a denúncia foi recebida e não houve questionamento jurídico quanto à inclusão da qualificadora – isso já é um passo importante, já é um avanço. Oferecer a denúncia é um passo, receber sem questionamentos é outro passo, e é assim que as coisas mudam, é no movimento que as transformações acontecem.”

Há cerca de 10 anos atuando nos Tribunais do Júri, onde são julgados os crimes contra a vida, o promotor Flavio Lorza afirma que casos de violência contra as mulheres são recorrentes. “São incontáveis os casos em que mulheres são vítimas de violências que chegam ao extremo do assassinato. Isso é algo absolutamente visível a olhos nus”, frisa.

Para o promotor, a perspectiva de gênero é fundamental para enfrentar este cenário, uma vez que as discriminações por trás de muitos casos se baseiam em comportamentos sociais, e não em características biológicas, e portanto atingem as mulheres trans.

“Apesar da qualificadora do feminicídio usar a expressão ‘sexo’, operadores do Direito que já trabalham há mais tempo com o tema têm sido incisivos em afirmar que a ideia da lei não era fazer essa restrição”, explica.

No caso de Michele, a perspectiva de gênero é reforçada ainda pela aplicabilidade da Lei Maria da Penha. “Existia efetivamente uma relação afetiva, o acusado e a vítima eram companheiros, tinham uma relação estável”, relata o promotor, que destacou na denúncia realizada contra o acusado:

“Cumprir observar que a qualificadora do feminicídio, prevista no artigo 121, §2º, inciso VI, §2º-A, inciso I do Código Penal, é norma penal que necessita de complementação pela legislação específica, qual seja a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), pois o conceito de violência doméstica nela está previsto. Assim, entende-se por violência doméstica qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, ocorrida dentro do ambiente doméstico, familiar ou de sua intimidade, podendo ser violência física, psicológica, sexual, patrimonial, moral e tantas outras. Portanto, não há que se questionar o caráter de violência doméstica empregada pelo denunciado à vítima, visto que eram companheiros e coabitavam há 10 anos.”

O Direito precisa reconhecer o machismo

O promotor considera que os avanços legislativos trazidos pela Lei Maria da Penha e pela inclusão do feminicídio no Código Penal contribuíram para que o Direito reconhecesse um fato evidente: o machismo e a violência que ele causa.

“A Lei Maria da Penha tem uma importância muito consistente: é fruto de uma experiência, não é uma construção teórica. O Direito se rendeu ao fato, reconheceu que a violência contra a mulher é real, que é um fato da vida e que exige um tratamento específico. Então, é um passo para o reconhecimento formal de um problema muito evidente: o Brasil é uma sociedade machista”, aponta Flavio Lorza.

Para o promotor, a importância da Lei Maria da Penha está justamente no reconhecimento de que a mulher é vítima de violências relacionadas aos papéis de gênero que, na maioria dos casos, são praticadas por homens que adotam valores machistas. “Homens que continuam considerando a mulher como um objeto do qual eles podem dispor quando e da maneira que quiserem”, explica o promotor.

A denúncia cita o trabalho de operadoras do Direito que são referências no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, como a procuradora-geral da República Ela Wiecko e a coordenadora da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid) Valéria Diez Scarance.

Além das citações, a denúncia é assinada pelo promotor e pela estagiária do Ministério Público

Nathalia Gomes Monteiro, cuja contribuição foi decisiva segundo o promotor. “Tive o apoio dela, que fazia seu trabalho de conclusão de curso sobre violência de gênero e estudava especificamente o tema de vítimas trans”, conta.

Quando as discriminações impõem a necessidade de leis protetivas

A história de Michele é tragicamente familiar no Brasil: de acordo com o [Mapa da Violência 2015](#), dos 4.762 assassinatos de mulheres registrados em 2013 no país, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex.

São crimes que, muitas vezes, aconteceram após um histórico de desigualdades e violências e que poderiam ter sido evitados se os direitos previstos na Lei Maria da Penha fossem garantidos a todas as mulheres no Brasil – mas que, infelizmente, nem sempre são efetivados. A barreira entre as mulheres e o acesso à Justiça em boa parte dos casos decorre justamente da reprodução de estereótipos discriminatórios por profissionais que atuam nos serviços e que deveriam oferecer acolhimento e garantir proteção.

As discriminações que perpetuam a violência contra as mulheres, porém, permanecem mesmo quando os casos chegam ao extremo do assassinato: de acordo com a pesquisa [A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil \(2014\)](#), nos julgamentos realizados nos Tribunais do Júri, os operadores de Justiça ainda aplicam pouco a Lei Maria da Penha.

Em razão desse contexto discriminatório e de violência doméstica e familiar que o envolve, esse tipo de crime ganhou nome próprio na legislação brasileira: feminicídio. Sancionada em março de 2015, a [Lei Ordinária de nº 13.104](#) tipifica e qualifica o feminicídio no Código Penal brasileiro.

Sobreposição de discriminações e violações de direitos

No caso em que as discriminações baseadas nos papéis de gênero se cruzam com outros preconceitos, como o racismo, a lesbofobia e a transfobia, o cenário de negação de direitos agrava-se ainda mais.

Michele não teve direito a sua identidade feminina, mesmo depois de ser vítima da mais extrema violência baseada no gênero. Daí a importância de os operadores do Direito aplicarem a qualificadora para as mulheres trans, conforme consta na denúncia realizada pelo MP e aceita pelo Tribunal de Justiça neste caso:

“Por tratar-se de norma protetiva de gênero e levando em consideração que a vítima pertence ao gênero feminino, pois se comportava socialmente como mulher, bem como a agressão foi praticada por seu companheiro, deve ser reconhecida a qualificadora do feminicídio.”

Para o promotor Flavio Farinazzo Lorza, o Direito precisa ser uma esfera de desconstrução – e não de reprodução – do machismo. “É claro que o combate ao machismo tem vários momentos, mas se a esfera jurídica não dá o tratamento necessário é muito difícil que haja uma mudança de perspectiva”, avalia.

Neste contexto, Flavio Lorza defende que o Ministério Público seja atuante nesse sentido. “Os estereótipos discriminatórios são muito presentes na vida, no mundo, então seria surpreendente se não estivessem presentes também no mundo do Direito e nos Tribunais do Júri. Mas gosto de considerar o Ministério Público como uma instituição que tem que implementar novas formas de pensar, reformular conceitos que são muito convencionais, muito arraigados, e que o mundo contemporâneo exige que sejam reformulados”, afirma.

Além do feminicídio, Luiz Henrique Marcondes dos Santos foi denunciado por ocultação de cadáver. A pena pode chegar a 30 anos. O juiz do caso deve decidir se o acusado vai a júri ou não em novembro, segundo informações do MPSP.

Aumenta o uso do nome social por travestis e transexuais no Enem 2016

O número de travestis e transexuais que vão usar o nome social nesta edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é quatro vezes maior do que em 2014, primeiro ano da entrada em vigor da medida.

[\(Agência Brasil, 12/10/2016 - Acesse no site de origem\)](#)

Em 2014, 102 pessoas trans usaram o nome social durante a aplicação da prova, em 2015 esse número passou para 278 e nesta edição do Enem serão 407, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A transexual Bruna Benevides, que aos 36 anos vai fazer pela primeira vez a prova do Enem, solicitou o uso do nome social, que não consta no documento de identidade. Ela disse que a medida permite que as pessoas trans tenham a cidadania garantida na hora da prova e incentiva esse grupo a se inscrever para o exame.

Bruna disse que, caso não pudesse usar o nome social, não faria o Enem, para evitar passar por constrangimentos, como o de ter registrado no documento um nome que não condiz com o gênero do candidato que se apresenta para a prova.

“O nome social facilita que tenhamos nossa cidadania garantida na hora da prova. Já é uma batalha fazer o Enem, imagina ter que passar por constrangimentos. Em alguns lugares têm pessoas que fazem comentários preconceituosos, o que pode até prejudicar o desempenho na hora da prova, quando a pessoa já está ansiosa”, disse.

Seguindo a tendência dos últimos anos, as mulheres são maioria (58%) entre os inscritos para o Enem, assim com os candidatos que já concluíram o ensino médio (57%). Os que vão concluir o ensino médio em 2016 são 21%, percentual igual ao do Enem de 2015.

A Região Sudeste concentra 35% dos 8,6 milhões de inscritos, seguida pela Região Nordeste (32%). Os estados que mais tiveram inscritos foram São Paulo (1.404.362), Minas Gerais (948.545) e Bahia (664.698).

Em relação a faixa etária, 31% dos candidatos têm entre 21 e 30 anos, 14,5% é maior de 30 anos, 14,1% tem idade igual a 17 anos e 12% tem idade igual a 18 anos. Esses percentuais também se mantêm estáveis em relação aos dois anos anteriores.

Foram recebidos 68.907 pedidos de atendimento especializado, que é garantido, por exemplo, aos participantes com baixa visão, cegueira, deficiência física, auditiva, surdez, deficiência intelectual, dislexia, déficit de atenção, autismo, entre outros. Eles vão contar com recursos como sala de mais fácil acesso, prova superampliada e auxílio para transcrição.

Os atendimentos específicos, que incluem gestantes, idosos, lactantes, estudantes em classe hospitalar e os sabatistas, que por convicção religiosa guardam os sábados, serão 101.896.

As provas do Enem serão aplicadas nos dias 5 e 6 de novembro.